



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0186645-9/01

EMBARGANTE: Município de Sairé

EMBARGADOS: HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo e Outros

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A parte ora recorrente pleiteia seja aclarado o acórdão impugnado, alegando, em suma, que, malgrado o Município embargante tenha suscitado incidente de divergência, o *decisum* vergastado não se pronunciou sobre as questões ali argüidas, deixando de emitir juízo de admissibilidade acerca do citado incidente. 2. Na espécie, registrou-se que o aludido incidente de uniformização de jurisprudência foi protocolado em 07/04/2010, data em que a apelação cível vinculada aos presentes aclaratórios já se encontrava pronta para julgamento (desde o dia 05/04/2010), com relatório lançado e certidão de inclusão em pauta, sendo certo que o referido apelo restou julgado em sessão colegiada realizada no dia 15/04/2010, não mais havendo sentido prático em cogitar de incidente de uniformização de jurisprudência. 3. De qualquer sorte, consignou-se a insubsistência das alegações suscitadas naquele incidente de uniformização. 4. Deveras, assinalou-se que o Superior Tribunal de Justiça editou recentemente a Súmula nº 393 (DJe de 07/10/2009), dispondo que “A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória”. 5. Nesse contexto, é de se ver que o juízo de admissibilidade de exceção de pré-executividade encontra-se vinculado ao exame do caso concreto posto à apreciação judicial. Ou seja, somente da análise *in concreto* dos autos é que se pode aferir se a avaliação das questões argüidas em sede de exceção de pré-executividade demanda, ou não, dilação probatória. 6. Assim, não há que se cogitar de uniformização de jurisprudência acerca do cabimento, ou não, de exceção de pré-executividade em ação de execução fiscal. 7. Nessa linha, a decisão colegiada proferida por esta 8ª Câmara Cível, à vista do caso concreto, consignou a existência de vícios comprometedores da própria constituição do crédito tributário e, por consequência, do título executivo extrajudicial, tais como a inexistência de fundamentação legal para o lançamento tributário, isto em desatendimento aos art. 150, I, e 156, III, da Constituição Federal. 8. No que toca à discussão acerca da caracterização da solidariedade passiva em ação de execução fiscal, ratificou-se que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do enfrentamento de situações análogas à que ora se apresenta, vem assentando o entendimento de que – sem ofensa à previsão contida no art. 124, I, do CTN – “não caracteriza a solidariedade passiva em execução fiscal o simples fato de duas empresas pertencerem ao mesmo grupo econômico” (REsp 1.079.203/SC, Relª. Minª. Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 03/03/2009, DJe de 02/04/2009). 9. Quanto à alegação de que, sem a oposição de embargos à execução, não se poderia condenar a Fazenda Pública ao



177  
258

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

pagamento de honorários advocatícios, entendeu-se que o aludido argumento consubstancia inovação em relação às razões recursais esposadas naquela apelação cível, motivo por que sobre ela operou-se a preclusão consumativa. 10. De resto – e considerando que as razões recursais expostas nestes aclaratórios fazem remissão (a fim de demonstrar suposta divergência) a duas decisões (cujos fundamentos sequer foram objeto de cotejo no mencionado incidente de uniformização de jurisprudência, somente vindo à baila por ocasião da apresentação destes embargos de declaração), proferidas em processos cuja relatoria compete ao eminente Des. Fernando Cerqueira –, reiterou-se o posicionamento de que os embargos em apreço não merecem acolhimento, na medida em que pretendem confrontar a decisão embargada com a motivação exposta em decisões prolatadas em outros processos. 11. Com efeito, *“A boa técnica dos embargos declaratórios visa a escoimar o relatório, os fundamentos e o acórdão de incoerências internas, capaz de ameaçarem sua inteireza. Não serve o recurso para confrontar a decisão com julgados outros, de molde a caracterizar contradição externa”* (EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 624.996/PR, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 16/10/2008, DJe de 24/11/2008). 12. Nesse cenário, inexistente, *in casu*, violação ao art. 476 do Código de Processo Civil, de modo que o presente pleito recursal apenas denota o inconformismo da parte embargante com o que restou decidido, corporificando pretensão de reexame da lide, desiderato a que não se presta a via aclaratória. 13. Aclaratórios conhecidos, para fins de prequestionamento, porém improvidos, à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração nº 0186645-9/01, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 20 de maio de 2010 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



178  
268

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0186645-9/01**

**EMBARGANTE:** Município de Sairé

**EMBARGADOS:** HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo e Outros

**RELATOR:** Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO E VOTO**

Trata-se de **Embargos de Declaração** interpostos em face de acórdão proferido (em 15/04/2010) nos autos da Apelação Cível nº 0186645-9, o qual negou provimento ao apelo, nos termos a seguir ementados:

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL. ISS. ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING). EXECUÇÃO FISCAL. LEGITIMIDADE PASSIVA. EMPRESAS PERTENCENTES AO MESMO GRUPO ECONÔMICO. SOLIDARIEDADE. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ. NULIDADE DA CDA. VÍCIOS COMPROMETEDORES DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO EXEQÜENDO. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA O LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO. PRECEDENTES DESTES TJPE. APELO IMPROVIDO. 1. De proêmio, anotou-se que na execução fiscal em questão foram listadas como executadas pessoas jurídicas diversas, sob a alegação de que entre as instituições financeiras integradas ao pólo passivo da ação executiva haveria relação de subordinação, onde a empresa líder (HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo) exerceria o controle sobre as demais sociedades componentes do conglomerado econômico, responsabilizando-se pelas obrigações tributárias imputadas ao grupo financeiro. 2. No ponto, consignou-se que a jurisprudência do STJ, por ocasião do enfrentamento de situações análogas à que ora se apresenta, vem assentando o entendimento de que – sem ofensa à previsão contida no art. 124, I, do CTN – “*não caracteriza a solidariedade passiva em execução fiscal o simples fato de duas empresas pertencerem ao mesmo grupo econômico*” (REsp 1.079.203/SC, Relª. Minª. Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 03/03/2009, DJe de 02/04/2009). 3. Isso porque, “*Para se caracterizar responsabilidade solidária em matéria tributária entre duas empresas pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro, é imprescindível que ambas realizem conjuntamente a situação configuradora do fato gerador, sendo irrelevante a mera participação no resultado dos eventuais lucros auferidos pela outra empresa coligada ou do mesmo grupo econômico*” (REsp 834.044/RS, Relª. Minª. Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 11/11/2008, DJe de 15/12/2008). No mesmo sentido, cf., por ex.: AgRg no Ag 1055860/RS, Relª. Minª. Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 17/02/2009, DJe de 26/03/2009; REsp 1.001.450/RS, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 11/03/2008, DJe de 27/03/2008. 4. Nesses termos, revela-se improcedente a alegação sustentada pela Fazenda recorrente segundo a qual haveria relação de subordinação (ou de solidariedade) entre as instituições financeiras coligadas, para fins de responsabilização tributária. 5. Ademais, do exame da CDA que lastreia a execução,



175  
278

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

constatou-se a existência de nulidades comprometedoras da constituição do crédito exequendo e da própria CDA que lastreia a execução fiscal em comento, sobretudo em virtude da inexistência de fundamentação legal para o lançamento tributário. 6. Com efeito, a indicação genérica das normas tributárias supostamente infringidas vulneram o termo de inscrição da dívida ativa – conforme se infere dos arts. 202, inciso III, e 203, ambos do Código Tributário Nacional, e art. 2º, § 5º, inciso III, da Lei nº 6.830/80. 7. Igualmente, inexiste indicação de termo inicial para o cálculo dos juros e da correção monetária adicionados ao crédito exequendo, e bem assim não há justificativa legal para a cobrança do percentual de 30% (trinta por cento) a título de multa, conforme se depreende das informações sobre a metodologia de cálculo constante da CDA e da petição inicial da execução. 8. Nesse panorama, é de se ver que os vícios acima apontados dificultam – ou mesmo impedem – o regular exercício do contraditório e da ampla defesa, prejudicando o título extrajudicial que lastreia a ação de execução fiscal. 9. Nesse passo, registrou-se que ambas as Câmaras Fazendárias desta Corte (a 7ª e a 8ª Câmaras Cíveis) já tiveram oportunidade de apreciar diversos recursos similares ao que ora se apresenta (derivados de execuções fiscais propostas – inclusive pelo Município de Sairé – nos mesmos moldes do feito subjacente a este apelo), precedentes com os quais a sentença ora impugnada encontra-se em linha de convergência. 10. Apelo improvido. 11. Decisão unânime.

Irresignada, a parte ora recorrente pleiteia seja aclarado o acórdão impugnado, alegando, em suma, que, malgrado o Município embargante tenha suscitado incidente de divergência (fls. 201/238, dos autos principais, em apenso), o *decisum* vergastado não se pronunciou sobre as questões ali argüidas, deixando de emitir juízo de admissibilidade acerca do citado incidente.

O Município de Sairé (suscitante) argüiu, naquele incidente – aforado em 07/04/2010 –, a existência de divergência sobre a discussão trazida a esta e. Corte, sustentando, em suma, que: (i) a exceção de pré-executividade consistiria em via processual inapropriada à impugnação de execução fiscal; (ii) o lançamento tributário discutido teria sido efetuado por homologação das informações prestadas pela parte executada perante o Sistema Nacional de Gravames e depositadas junto ao DETRAN/PE, razão pela qual somente mediante dilação probatória seria possível questionar o mencionado auto lançamento; (iii) *“considera o Banco Central como CONTROLADOR e RESPONSÁVEL primeiro pelas atividades das CONTROLADAS a sua empresa líder, enquanto real e autêntica CONTROLADORA de toda a operação – do que se depreende como titular no pólo passivo das obrigações tributárias”*; (iv) sem a oposição de embargos à execução, não se poderia condenar a fazenda pública ao pagamento de honorários advocatícios, em especial quando o executado opõe meio indireto de defesa (como exceção de pré-executividade ou exceção de incompetência).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

180  
28 ✓

Junto à petição de ingresso dos presentes aclaratórios, a parte embargante trouxe duas decisões, proferidas (em 13/04/2010) em processos cuja relatoria compete ao eminente Des. Fernando Cerqueira, sustentando que entre esses pronunciamentos e o acórdão embargado estaria configurada a divergência.

É o breve relatório.

De início, registro que o aludido incidente de uniformização de jurisprudência foi protocolado em 07/04/2010, data em que a apelação cível vinculada aos presentes aclaratórios já se encontrava pronta para julgamento (desde o dia 05/04/2010), com relatório lançado (fls. 197/198) e certidão de inclusão em pauta (fl. 199).

Por outro lado, é certo que o referido apelo restou julgado em sessão colegiada realizada no dia 15/04/2010, não mais havendo sentido prático em cogitar de incidente de uniformização de jurisprudência.

De qualquer sorte, averbo a insubsistência das alegações suscitadas naquele incidente de uniformização.

Com efeito, cumpre registrar que o Superior Tribunal de Justiça editou recentemente a Súmula nº 393 (DJe de 07/10/2009), dispondo que "*A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória*".

Nesse contexto, é de se ver que o juízo de admissibilidade de exceção de pré-executividade encontra-se vinculado ao exame do caso concreto posto à apreciação judicial.

Em outras palavras, somente da análise *in concreto* dos autos é que se pode aferir se a avaliação das questões argüidas em sede de exceção de pré-executividade demanda, ou não, dilação probatória.

Assim, não há que se cogitar de uniformização de jurisprudência acerca do cabimento, ou não, de exceção de pré-executividade em ação de execução fiscal.

Nessa linha, a decisão colegiada proferida por esta 8ª Câmara Cível, à vista do caso concreto, consignou a existência de vícios comprometedores da própria constituição do crédito tributário e, por consequência, do título executivo extrajudicial, tais como a inexistência de fundamentação legal para o lançamento tributário, isto em desatendimento aos art. 150, I, e 156, III, da Constituição Federal.

No que toca à discussão acerca da caracterização da solidariedade passiva em ação de execução fiscal, reitero que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do enfrentamento de situações análogas à que ora se apresenta, vem assentando o entendimento de que – sem ofensa à previsão



182  
298

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

contida no art. 124, I, do CTN – *“não caracteriza a solidariedade passiva em execução fiscal o simples fato de duas empresas pertencerem ao mesmo grupo econômico”* (REsp 1.079.203/SC, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 03/03/2009, DJe de 02/04/2009).

Assim, *“Para se caracterizar responsabilidade solidária em matéria tributária entre duas empresas pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro, é imprescindível que ambas realizem conjuntamente a situação configuradora do fato gerador, sendo irrelevante a mera participação no resultado dos eventuais lucros auferidos pela outra empresa coligada ou do mesmo grupo econômico”* (REsp 834.044/RS, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 11/11/2008, DJe de 15/12/2008).

No mesmo sentido, confira-se, p. ex.: AgRg no Ag 1055860/RS, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 17/02/2009, DJe de 26/03/2009; e REsp 1.001.450/RS, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 11/03/2008, DJe de 27/03/2008.

Quanto à alegação de que, sem a oposição de embargos à execução, não se poderia condenar a Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios, entendo que o aludido argumento consubstancia inovação em relação às razões recursais esposadas naquela apelação cível, motivo por que sobre ela operou-se a preclusão consumativa.

De resto – e considerando que as razões recursais expostas nestes aclaratórios fazem remissão (a fim de demonstrar suposta divergência) a duas decisões (cujos fundamentos sequer foram objeto de cotejo no mencionado incidente de uniformização de jurisprudência, somente vindo à baila por ocasião da apresentação destes embargos de declaração), proferidas em processos cuja relatoria compete ao eminente Des. Fernando Cerqueira –, reitero o posicionamento de que os embargos em apreço não merecem acolhimento, na medida em que pretendem confrontar a decisão embargada com a motivação exposta em decisões prolatadas em outros processos.

Com efeito, *“A boa técnica dos embargos declaratórios visa a escoimar o relatório, os fundamentos e o acórdão de incoerências internas, capaz de ameaçarem sua inteireza. Não serve o recurso para confrontar a decisão com julgados outros, de molde a caracterizar contradição externa”* (EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 624.996/PR, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 16/10/2008, DJe de 24/11/2008).

No mesmo sentido:



182  
30 Y

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

**EMBARGOS DECLARATÓRIOS. RECURSO ESPECIAL. CONTRADIÇÃO. DIVERGÊNCIA ENTRE JULGADOS. AUSÊNCIA.**

*I - A contradição que enseja os embargos declaratórios é aquela verificada no próprio julgado embargado e decorrente de proposições logicamente incompatíveis entre si.*

*II - A dissonância de entendimentos entre dois julgados, seja quais forem, não autoriza o manejo dos declaratórios à conta de contradição. Precedentes.*

*Embargos declaratórios rejeitados.*

(EDcl no AgRg no REsp 805.407/DF, Rel. Min. Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 07/11/2006, DJ de 04/12/2006).

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO EXTERNA.**

*1. A contradição que autoriza reparação pela via dos declaratórios é apenas a interna, ou seja, aquela que se verifica entre as proposições e conclusões do próprio julgado, e não entre o que ficou decidido e a jurisprudência supostamente prevalente na Corte. Precedentes.*

*2. Embargos de declaração rejeitados.*

(EDcl no AgRg no REsp 788.835/PR, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 11/04/2006, DJ de 25/04/2006).

Nessa ordem de idéias, tenho que, *in casu*, inexistente violação ao art. 476 do Código de Processo Civil, de modo que, a meu sentir, o presente pleito recursal apenas denota o inconformismo da parte embargante com o que restou decidido, corporificando pretensão de reexame da lide, desiderato a que não se presta a via aclaratória.

Ante o exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, para fins de prequestionamento, porém **nego-lhes provimento**.

Recife, 20 de maio de 2010.

**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator